



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

INDICAÇÃO

Ref.: Projeto de Lei nº 1225/2021, de autoria do Deputado Federal Denis Bezerra (PSB/CE), “que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que “Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor., para incluir a prática de misoginia e homotransfobia e o Projeto de Lei nº 1.960/2021 de autoria da Deputada Federal Luizianne Lins (PT-CE), que acrescenta ao art.140, o § 4º ao Código Penal Brasileiro que tipifica o crime de injúria qualificada para injúria motivada por misoginia.

PALAVRAS-CHAVE: LEI CAÓ –
MISOGINIA – INJÚRIA QUALIFICADA

SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS,

JUSTIFICATIVA DA INDICAÇÃO

Tramitam atualmente na Câmara dos Deputados dois Projetos de Lei que criminalizam a misoginia. São eles o Projeto de Lei nº 1225/2021, de autoria do Deputado Federal Denis Bezerra (PSB/CE), “que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que “Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor., para incluir a prática de misoginia e homotransfobia e o Projeto de Lei nº 1.960/2021 de autoria da Deputada Federal Luizianne Lins (PT-CE), que acrescenta ao art.140, o § 4º ao Código Penal Brasileiro que tipifica o crime de injúria qualificada para injúria motivada por misoginia.

Temos visto uma escalada crescente da misoginia e da homotransfobia em nosso país, tendo sido o episódio dos últimos dias protagonizado pelo ex-Deputado Federal Roberto Jefferson, com seu comportamento injurioso direcionado à Ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha do



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, com xingamentos de natureza misógina, o ápice das manifestação públicas de desprezo às mulheres.

Embora tenha havido em 13.06.2019 pelo Supremo Tribunal Federal a criminalização da homotransfobia, há pendência de que a prática também seja abordada por projeto de lei de iniciativa do Congresso Nacional.

A Constituição Federal de 1988, ineditamente na história constitucional do país, criminalizou o racismo, no artigo 5º, XLII, na condição de crime imprescritível e inafiançável. A década de 1980 durante todo o processo da Constituinte foi grande na participação de movimentos sociais negros, feministas e de povos originários. Não pode ser desprezado que o Brasil é signatário de vários tratados internacionais anteriores à própria Carta de 1988 que tratam da questão racial como, por exemplo a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1966, ratificada pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 23, de 21 de junho de 1967 e que passou a vigorar a partir do Decreto nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969, bem como de documentos que coíbem a violência de gênero, a exemplo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ) dentre outras.

A lei n.º 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes de racismo recebeu o apelido de Lei Caó em homenagem às iniciais do nome de seu autor, o Deputado Federal Carlos Alberto de Oliveira (Caó). A pretensão era definir os crimes de preconceito de raça e cor. Na justificativa do projeto de lei, o deputado aduz que o Brasil é um país racista e por isso o negro não consegue ter acesso à vida econômica e política do país.

Na Lei Caó original, antes das alterações, somente tratava de crimes resultantes de preconceito de raça e cor. Tratava originalmente mais dos aspectos econômicos e sociais de acesso ao trabalho e ao consumo. No art. 3º, por exemplo, verificava-se a preocupação com o racismo institucional na não-ascensão a cargos da Administração Pública em geral e empresas concessionárias. Outros aspectos que preocuparam inicialmente o legislador: a) Coibir o impedimento do acesso ao lazer em virtude da discriminação; b). coibir o impedimento do acesso a estabelecimentos recreativos, a estabelecimentos estéticos; c) Coibir o impedimento do acesso às entradas sociais dos prédios e edifícios. Era a liberdade de ir e vir que estava sendo



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 270, 5º andar - 20020-000

Tel.: (21) 3240-3921 / 3240-3973

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

focada. Também visava coibir a discriminação dentro das Forças Armadas, vida e convívio familiar em razão da raça, cor e etnia.

Após entrar em vigor, passou por diversas alterações, como a ocorrida primeiramente com a Lei n.º 8.081, de 21 de setembro de 1990, incluindo o elemento religioso: o art. 20, originalmente tratava somente das condutas tipificadas como “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, religião, etnia de procedência nacional através dos meios de comunicação, até que veio as alterações da lei n.º 8.882/1994 que incluiu o parágrafo primeiro.

A Lei n.º 8.882, 03 de junho de 1994 promoveu uma segunda alteração significativa, como já dito incluindo o § 1º do art. 20, que tipifica a conduta de quem fabricasse, comercializasse, distribuísse ou veiculasse símbolos, emblemas ou ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada para fins de divulgação do nazismo.

A terceira modificação significativa foi promovida pela Lei n.º 9.459, de 13 de maio de 1997, quando os artigos 1º e 20 passaram a ter a seguinte redação:

“Art. 1º . Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”;

“Art. 20 . Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”

Ou seja, antes eram somente as condutas acima que fossem veiculadas através dos meios de comunicação que eram punidas. Também a Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997 alterou o artigo 140 do Código Penal Brasileiro criando a o tipo da injúria qualificada, pois houve a inclusão do § 3º que tipificou a conduta da injúria qualificada pelo uso de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou outrem, criando a distinção entre o crime de racismo e injúria racial.

Percebam que práticas discriminatórias e racistas, além de xenófobas são punidas pela Lei 7.716/1989. É bom ressaltar que há uma diferenciação entre os crimes de racismo e injúria racial, já pacificado por entendimento do Supremo Tribunal Federal, embora tenha reacendido a discussão acerca do fato de ser a injúria racial também crime imprescritível, haja vista o entendimento de que seria na verdade uma espécie do tipo racismo, previsto no artigo, 5ª, XLII da Constituição Federal, inclusive porque o rol apresentado na Lei 7.716/1989 não é taxativo. O caso Heraldo Pereira de Carvalho x Paulo Henrique Amorim julgado pelo Superior Tribunal de Justiça



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20080-000

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

em 12.05.2015, através do Aresp 686.965 decidiu que o crime de injúria racial também seria imprescritível.

Conforme se verifica do julgamento do Mandado de Injunção nº 4733 que reconheceu a mora do Congresso Nacional para legislar sobre a criminalização da discriminação homofóbica e transfóbica, dando prazo para que o Congresso o fizesse, importa salientar que a aplicação da Lei nº 7.716/89 não resolve o problema, mesmo com a procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, ambas julgadas no dia 13 de junho de 2019. Isso porque ambas reconhecem a aplicação da Lei nº 7.716/89, mas, por exemplo, silenciam quanto a aplicação do artigo 140, § 3º do Código Penal Brasileiro que trata de injúria racial.

A próxima proposta de alteração legislativa que deve ser redigida poderá corrigir a omissão estendendo a aplicação da Lei Caó, como também deverá rever a omissão no que tange ao crime de injúria qualificada no caso de injúria homofóbica e transfóbica e agora também estender o crime de racismo às práticas misóginas, assim como urge ampliar o alcance do conceito de injúria qualificada para práticas misóginas e recomendar a inclusão para injúrias homotransfóbicas.

Nesse sentido vemos a pertinência dos Projeto de Lei nº 1225/2021, de autoria do Deputado Federal Denis Bezerra (PSB/CE) e o Projeto de Lei nº 1.960/2021 de autoria da Deputada Federal Luizianne Lins (PT-CE) que podem ser analisados pela Comissão de Direitos Humanos ou outra que esta Casa entenda ser a mais adequada para análise desta indicação.

PEDIDO

Ex Positis, com fulcro no art.79 do Estatuto da Casa de Montezuma, requer que pela pertinência do tema tratado nos referidos projetos de lei, que seja a presente indicação encaminhada para uma das Comissões pertinentes para fins de estudo, emissão de parecer e posterior submissão ao Plenário.

Termos em que,

Requer Deferimento.

João Pessoa, 25 de outubro de 2022

Laura T. A. P. f. Berquó
Laura Taddei Alves Pereira Pinto Berquó

Membro Efetivo